

Criação & Crítica

EDITORIAL

IRRUPÇÃO E REAÇÃO (RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE E CLASSE NA TEORIA LITERÁRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA)

Ariadne Catarine dos Santos¹

Fabio Pomponio Saldanha²

Marcos Natali³

A convocatória para este número da revista *Criação & Crítica* tinha como objetivo reunir trabalhos que buscassem compreender melhor as implicações, para a teoria e a crítica literária, de mudanças ocorridas em universidades brasileiras nas últimas décadas, mudanças que alteraram a circulação de corpos e *corpus* no ambiente acadêmico e levaram à enunciação de novas demandas e indagações à instituição universitária, gerando reações de tipos variados. Referindo-se, no seu título, a movimentos de “irrupção e reação” e, no subtítulo, à relevância das categorias *raça*, *gênero*, *sexualidade* e *classe* para a teoria literária contemporânea, a chamada anunciava seu interesse em entender melhor tanto a natureza de demandas críticas dirigidas às instituições e suas práticas – incluindo reivindicações de reparação

¹ Desenvolve pesquisa de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada (PPG-TLLC), da Universidade de São Paulo (USP), em cotutela com o Dipartimento di Studi Europei, Americani e Interculturali, da Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. É mestre pelo Programa em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (PPG-ECLLP-USP), graduada em Letras (Português), licenciatura e bacharelado (FFLCH-USP), com intercâmbio na Universidade de Coimbra (UC) em Portugal. O seu projeto de pesquisa atual é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2021/10192-0. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7398-8636>.

² Desenvolve pesquisa de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada (PPG-TLLC), da Universidade de São Paulo (USP), com financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2022/15480-7. É graduado em Letras (Português-Japonês) pela mesma Universidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8655-1334>.

³ Professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo (USP). Publicou os livros *A literatura em questão: sobre a responsabilidade da instituição literária* e *A política da nostalgia: Um estudo das formas do passado*, além do capítulo sobre a América Latina em *The Cambridge History of Postcolonial Literature*. Com Marcos Siscar, organizou o volume *Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4609-5431>.

Criação & Crítica

histórica, valorização de nomes, textos e epistemologias marginalizados e transformação, ampliação ou destruição do cânone – quanto a análise das respostas a essas reivindicações, que variam da assimilação e incorporação a tentativas, ora mais ostensivas, ora menos, de silenciamento e apagamento. Ainda que o foco principal fosse o estudo da literatura no Brasil, antecipávamos que seriam possíveis comparações produtivas com outros contextos nacionais (o que ocorre pontualmente no dossiê, ainda que a ênfase seja mesmo em debates brasileiros).

A chamada elencava, como exemplos desses esforços, reivindicações de diferentes tipos, vindas de movimentos sociais ou resultando da nova distribuição de forças no ambiente universitário, sobretudo desde a implementação de cotas raciais e sociais nas universidades públicas brasileiras. Em alguns casos, as reivindicações colocavam em questão consensos antigos a respeito do arquivo e da utilidade de um conjunto de conceitos e teorias comumente valorizado pela tradição nacional. Ao serem dirigidos à academia e suas tradições dominantes, esses gestos críticos encontraram reações que abrangiam desde a modificação de estruturas e práticas institucionais até reações conservadoras e lamentos ressentidos, como os encontrados com frequência em estruturas argumentativas que se repetem em textos e falas, por vezes em manifestações em que aparecem referências explícitas ao incômodo gerado por mudanças na ocupação dos espaços universitários.

Nesse sentido, a chamada almejava dialogar com produções críticas recentes que buscassem contribuir para a “des-senhorização da universidade” (BORGES; BERNARDINO-COSTA, 2022) e da cultura nacional, empenho notado também em pesquisas recentes dedicadas a estudos sobre antinegritude, branquitude, heteronormatividade, lgbtqipa+fobia e misoginia (AHMED, 2022; BENTO, 2022; MANNE, 2016, 2018; MIRANDA, 2019; PRECIADO, 2022; SCHUCMAN, 2014; VILLIERS, 2012). O motivo de alguns desses gestos críticos estarem menos presentes nos estudos literários do que em outras disciplinas era outra questão que imaginávamos que seria produtivo examinar. Por que, afinal, parece haver na teoria literária brasileira uma resistência especial ao reconhecimento da produtividade de se pensar, por exemplo, uma categoria como *literatura branca e cisheteronormativa*? Se, em outras áreas do conhecimento, também elas tradicionalmente baseadas em economias de extração e captação, são nítidos movimentos reflexivos de autocrítica, e se até de uma “Geologia branca” se fala (YUSOFF, 2018), por que há tanta oposição à nomeação de uma *crítica literária branca e patriarcal*? Qual a relação entre essa resistência na área e a persistente devoção a termos como *humano, humanização, grandes obras, clássicos, imanência, valor, Ocidente e literatura nacional*? Como novas formas de ressentimento e melancolia branca e cisheteronormativa se

Criação & Crítica

manifestam, concreta e teoricamente, em textos, congressos, processos seletivos, concursos públicos, currículos, salas de aula e pareceres acadêmicos?

Também interessava compreender melhor a relação entre a adoção precoce por certa crítica literária brasileira, a partir dos anos 1990, de termos como *politicamente correto*, *cancelamento*, *moda* e *identitarismo*, utilizados sempre em tom de denúncia, na expressão de uma ansiedade social que passaríamos a associar a uma cultura política reacionária que no Brasil ganharia maior visibilidade e poder a partir dos anos 2010. Nos dois casos, a ansiedade levaria a tentativas de devolver centralidade a um arquivo etnocêntrico e patriarcal e a esforços por preservar poder e privilégios, definidos como direitos. Na crítica literária, alguns momentos importantes dessa história incluíram as leituras celebratórias e monumentalizantes do Modernismo brasileiro, por ocasião de seu centenário, e o debate sobre o racismo de Monteiro Lobato, episódio em que a identificação de elementos e estruturas retóricas racistas na obra do autor gerou réplicas defensivas e ressentidas de importantes instituições ligadas ao estudo da literatura, dando provas da convergência entre práticas institucionais e a consolidação de conceitos e teorias. Interessava, sobretudo, entender como essas tensões sociais ganhavam forma como disputas teóricas, como aquelas que ocorrem em torno de conceitos como *lugar de fala*, *identidade* e *escrevivência* e em debates sobre diferentes concepções de autoria, recepção e critérios de valor (PEREIRA, 2022; EVARISTO, 2008).

Inversamente, perguntávamos, que tipo de movimento se tornaria possível, no pensamento e nas práticas materiais, caso nos permitíssemos pensar com rigor as relações entre escravidão, antinegitude, patriarcado, heteronormatividade, cânone, literatura nacional e teoria literária? Quais formas de releitura da tradição, quais intervenções no arquivo e na sociabilidade racista e patriarcal de que ele depende poderiam emergir dessas operações? E qual a particularidade da contribuição que a teoria literária e o estudo de questões de estética poderiam dar a discussões recentes em torno a esses temas, como as que vêm ocorrendo em movimentos sociais, na produção cultural nacional e em disciplinas como Antropologia, Filosofia, Sociologia, História, Educação e Psicologia? Indo além das acusações de estrangeirismo e das alegações de que o pensamento negro radical, a crítica feminista ou a teoria *queer* seriam apenas mais uma moda, sugeríamos que fosse pensada criticamente a relação complexa entre essas correntes críticas e o mercado, identificando inclusive as tensões internas a cada um desses questionamentos. Desconfiávamos, afinal, que a particularidade da inserção do Brasil no capitalismo globalizado, a dimensão e violência de suas fraturas sociais, suas peculiaridades demográficas e o peso nele da sobrevida da escravidão restringiam no país a adesão a noções neoliberais de

Criação & Crítica

inclusão, em comparação com aquilo que se observa em outros países. Essa particularidade poderia levar até mesmo a diálogos produtivos entre correntes críticas ocupadas em pensar as diferentes categorias mencionadas e vertentes da crítica marxista. Em resumo, o número buscava reflexões que procurassem compreender a complexidade tanto dos movimentos de irrupção quanto dos desejos de conservação, esse desejo por vezes tocado pelo ressentimento.

Nessa linha, a chamada para este número da *Criação & Crítica* anunciava que consideraria trabalhos que debatessem tensões dentro da crítica literária, tendo em mente discussões que envolvem categorias como gênero, raça, sexualidade e classe; promovessem leituras de produções marginalizadas pela crítica hegemônica; imaginassem diálogos com movimentos recentes em outras áreas do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a teoria *queer*, o pensamento crítico negro, a crítica feminista, etc.; buscassem novas formas de se pensar o exercício crítico e a relação com o arquivo (AHMED, 2022; HARTMAN, 2021; WILDERSON III, 2021); ou analisassem mudanças e continuidades nos cursos de Letras, incluindo suas estruturas (grades curriculares, formas de ingresso, composição dos corpos docente e discente, entre outros pontos).

Evidentemente, a experiência de organizar um volume com textos alheios envolve uma dupla abertura, para o inesperado e para o esperado, ou para o inesperado dentro do próprio esperado. Como um convite, a chamada contém a esperança do hospedeiro de que o hóspede poderá, algum dia, chegar. Ainda assim, quem, o quê, de onde, como, falando em qual língua, ocupando-se de quais temas e problemas, são, necessariamente, incógnitas, afetando todo o processo de espera; são, talvez, o processo mesmo. Nele, há a aventura da escolha de possíveis pareceristas, o envio e reenvio de textos, esperas, retornos, revisões e comunicações mediadas por um sistema cujas etapas são, no mínimo, motivo de aprendizados e boas risadas. E há a demora da espera, ocupada pela pergunta sobre o que acontecerá quando chegarem os hóspedes. A construção que é este dossiê, essa morada improvisada para os textos que passaram pelas etapas de submissão, avaliação e revisão, apresenta uma face própria que é independente do convite do hospedeiro – e, talvez, toda e qualquer possibilidade de se pensar a liberdade dentro da academia só possa ser caracterizada assim, no limite entre o esperado e a inevitabilidade de que, como uma espécie de promessa, o resultado final envolverá a quebra da expectativa, construindo algo inteiramente outro, que por sua vez também permitirá outros tipos de construção a partir dele.

Como acontece quando escutamos os trabalhos apresentados nos eventos acadêmicos de que participamos, o conjunto de artigos submetidos à *Criação & Crítica*

Criação & Crítica

em resposta à chamada, incluindo os que não foram aceitos pelos pareceristas e não constam deste dossiê, acaba servindo como prospecção daquilo que está acontecendo com uma parte da disciplina. Com acesso a esse panorama seletivo, podemos enxergar um pouco melhor um conjunto de movimentos, percebendo o que está se tornando senso comum na área, as referências que estão se tornando obrigatórias, temas e obras que estão deixando de entusiasmar pesquisadores locais, conceitos cuja força já começa a se diluir, confrontos que continuam a gerar faíscas. Pensando nisso, passamos a apresentar agora os artigos selecionados, com a esperança de que venham a gerar novas leituras, inesperadas tanto para nós quanto para quem os escreveu.

5

A sala de aula é a porta de entrada para este dossiê, em três artigos de diferentes partes do Brasil nos quais a diferença, seja ela étnico-racial, etária, de gênero ou classe, se apresenta enquanto desafio e coloca quem se dispõe a pensar e escrever em um circuito sem fim. Há consequências em cascata para a própria proposição deste dossiê, mencionada e lida pelos textos desse primeiro bloco, que indicam o que podem ser movimentos de irrupção e reação fora do imaginado pela proposição da chamada. Com sua assinatura, esses textos apontam para a singularidade da resposta, demonstrando ainda a necessidade de uma reflexão mais precisa na área sobre a própria prática docente, fazendo disso objeto de estudo e análise, considerando que práxis e teoria não têm como não caminhar juntas.

O número se abre com a proposta de uma “aula-rascunho”. Se, para muitos, o termo “aula” sugere um espaço-tempo que claramente delimitado e definido, na perspectiva apresentada por esse texto inicial a aula é aproximada da incerteza do rascunho, da rasura, daquilo que poderia vir a ser, em gestos de experimentação à procura do que seria uma forma de ensino decolonial em uma disciplina de Literatura Brasileira. Nesse artigo – “O processo espiral de uma aula-rascunho” – Claudete Daflon (UFF) rememora e analisa seu processo enquanto docente em uma turma do curso de Letras da Universidade Federal Fluminense, ao lidar com um arquivo colonial que, considerado ultrapassado ou resolvido por alguns, sua discussão já encerrada, se mantém como ferida aberta na historiografia literária nacional. Dedicar um semestre, o primeiro de diversos em que o foco é a construção de um saber em torno da literatura nacional, à colonização e suas agruras, inclusive aquelas ainda registradas no presente, delimita as indagações que a autora vai se dedicar a pensar. Isso envolve não só uma decisão sobre qual conteúdo ensinar, mas a busca de uma

Criação & Crítica

forma de proceder em que o próprio ensino possa se dar através da reflexão sobre a persistência do legado colonial, inclusive na binarização do par professora-aluna.

A leitura das propostas de Daflon leva à suspeita de que talvez a aula só possa mesmo ser assim, sem um fim demarcado e sempre em forma de uma promessa. O catalisador da discussão é o termo “decolonialidade”, nome para um conjunto de conceitos e operadores cuja entrada, como teoria nova, na universidade brasileira gera algumas consequências que ainda estamos tentando compreender. Levados às últimas instâncias, seus desafios estimulam a procura de um ensino que assuma seu caráter de teste e construção coletiva com os/as/es alunos/as/es e renove sua forma de olhar e sua prática pedagógica, inventando novos modos de estar, ser e permanecer na universidade, neste caso, a Federal Fluminense, com todas as suas especificidades. O corpo, a voz e a criação de um acervo outro, em tensão com o mesmo espaço que outrora excluía corpos e vozes negros e indígenas, como aponta a autora, vão se articulando nesse espaço de experimentação em que uma professora se vê na obrigatoriedade de tensionar o próprio método, fazendo sua sala dançar e descobrir, apostando no porvir, que algo pode surgir daí. O dossiê se abre, então, acolhendo essa aposta incerta e arriscada, uma espécie de metodologia ativa que só pode existir se for testada, renovada e recriada a cada vez, incorporando ao próprio processo a recusa do paradigma fechado.

Três são as fronteiras estaduais, quase mil e duzentos quilômetros de distância e dezesseis horas de viagem por terra, separando o local de produção do texto de Daflon e “Cenas de um discurso monstruoso” de Patrícia Trindade Nakagome (UnB). A figura inicial é barthesiana: o discurso amoroso, na implicatura do sumiço do amado no solilóquio do amante. Esse quadro é transfigurado a partir da figura do monstro, que testa o espelhamento do humano. Enquanto isso, em cenas que tensionam a dicotomia entre a esfera pública e a privada, vão sendo redigidos um relato, uma análise e uma autoetnografia que serve como ponte entre o familiar e o universitário, transmutando a figura da mãe na da professora. A leitura de textos de Ocean Vuong e Alice Munro permite ver, no caso dele, a entrada do autobiográfico na cena literária, também com referências à mãe; no caso dela, há a criação de um conto que mimetiza a relação entre pai e filha e considera a possibilidade de uma ética do segredo, atravessada pelas dificuldades de narrar a violência.

A reflexão de Nakagome propõe que os temas deste dossiê sejam vistos não só através da metáfora geológica da irrupção, mas também, nesse texto com uma sensibilidade incomum, pela observação minuciosa e corajosa do conflito interno. Respondendo diretamente às questões colocadas pela chamada do número da revista, o artigo propõe um giro adicional para a formulação proposta, sugerindo que

Criação & Crítica

irrupção e reação são, não movimentos antagônicos, mas pulsões interligadas, do mesmo modo que “monstruosidade e amor” e os outros duplos que povoam o artigo. Com o tempo, e o artigo é também um registro da passagem do tempo, tornam-se menos estáveis também os pares professora-aluna, pai-filho, mãe-filho, orientadora-orientando, etc. As cenas de desconforto e desajuste no ambiente universitário se tornam o questionamento receoso da transformação naquilo que não se imaginava ser, com falas antes vistas como acomodadas e conservadoras ganhando outro sentido. Entrelaçando de maneira inesperada a relação maternal e as relações que atravessam a vida universitária, são articuladas reflexões sobre a prática docente e a vida institucional, incluindo, nessa inusitada autoetnografia, observações sobre espaços pouco frequentados pela reflexão crítica, como a reunião de departamento, a conversa no corredor e o grupo de pesquisa. Cada um passa por uma leitura dupla, tanto pela impossibilidade de fixar os espaços num polo exclusivamente negativo ou positivo quanto pelo fato de que a casa é sempre mais de uma. Até mesmo do texto é possível dizer que ele é mais de um, pois o artigo se refere várias vezes a outro texto, começado mas abandonado, um texto ao qual não teremos acesso, e no qual haveria relatos adicionais de episódios de sofrimento vividos na universidade.

A mãe precisa rever suas decisões a partir do momento em que precisa lidar com uma alteridade tão próxima de si como é um filho. Docência e família, ou a rua e a casa, portanto, e, além delas, a relação com um passado traumático do qual se busca subtrair força e importância, até para que seja possível pensar o porvir, essa promessa de abertura ao ainda não presente. Nesse momento, o texto de Nakagome se reconhece habitando, de uma maneira que não é apenas penosa, o espaço aporético da universidade, cuja força reside no ato de escuta que precisa ser exercitado e renovado a cada dia.

Saindo de Brasília, um retorno ao Rio de Janeiro, desta vez através do texto de Lúcia Ricotta Vilela Pinto (Unirio), “Crítica da virada: carta escrita por uma aluna de uma disciplina de historiografia literária justificando a recusa em ler um romance”. O relato retoma e reelabora um acontecimento recente na prática docente da autora: uma aluna, através de uma carta, descreve seus motivos para se recusar a escrever um trabalho final sobre o livro *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo. O ato de recusa, no fim, vai gerar não só um testemunho, mas um *trabalho*, em mais de um sentido; na apresentação das justificativas da aluna e na elaboração teórica que surge dela, o que fica registrado é uma demanda que se faz à instituição, metonimizada na docente, à procura da revisão de seus pressupostos e do gesto reflexivo de olhar para si, para o lugar ocupado e para como, em uma disciplina de Historiografia Literária, são facilmente naturalizadas perspectivas hermenêutico-

Criação & Crítica

fenomenológicas que partem da subsunção da discussão racial, ainda mais quando falamos e lemos relatos de pessoas brancas em territórios colonizados, como Maputo, cenário do livro de Figueiredo.

Reescrever a prática docente, ou seja, re-imaginar e re-estabelecer os parâmetros pelos quais seria possível ensinar Historiografia Literária, agora a partir de outra perspectiva e outro conteúdo programático, é também demonstrar a possibilidade de taxar a voz que simboliza a violência e praticar, no exercício crítico, perspectivas críticas e modos de análise que tensionam exatamente os silêncios e espaços deixados pelo tempo e pela experiência histórica da colonização racial. Ao revisitar e intervir no texto de Figueiredo, instigada pela recusa da aluna, a autora constrói um arcabouço teórico que não só reconhece o narrar historiográfico como uma forma de violência racial-epistêmica, mas também re-inscreve possibilidades outras de olhar o campo, reconhecendo novos pontos de vista e ferramentas teóricas, reelaborados e re-inseridos em cenários como o *campus* da Unirio, que, antes familiar, é transformado pela especificidade da fala irruptiva do outro. Essas quase-tensões se tornam, com o passar do tempo, uma outra relação, que não é mais a de professora e aluna, mas ganha a forma desse vínculo peculiar que é o que existe entre orientadora e orientanda. O trabalho – de reflexão, de escrita, de orientação – segue um fluxo ainda aberto, demonstrando, na textura do próprio relato, que é também análise e especulação, as constantes reelaborações do próprio trabalho crítico-acadêmico. Nesse quadro, a estabilização e reinstalação da dicotomia e das certezas da cena de ensino não são um conforto, mas um risco, exigindo reelaboração e releitura constantes. Sabe-se, afinal, que na próxima turma será necessário mais uma vez voltar às bases estabelecidas anteriormente, com atenção renovada àquilo que, durante tanto tempo sem um questionamento como aquele inaugurado pela aluna, causava dor e infligia sofrimento, na repetição traumática do passado colonial. Com isso em mente, práticas e teorias reparadoras (Cf. SEDGWICK, 2020) são acionadas para buscar imaginar o porvir, enquanto se age no presente para esboçar o que seria uma docência que não fosse imposição dolorosa e gestão do sofrimento do outro que chega à universidade, esse lugar ao qual as pessoas estão sempre chegando, fazendo de nós, de todos/as/es nós, eternos recém-chegados/as/es a algo que precisa voltar a ser criado a cada ano.

O segundo bloco de textos aborda questões raciais em diálogo com correntes críticas e teóricas recentemente adotadas na universidade. Os artigos são, desse modo, tanto apresentação e análise de seus objetos de pesquisa quanto testemunho da busca de arcabouços teóricos e crítico-analíticos novos, teorias que também se tornam objetos de análise. “Análise de focalização em *Angola Janga* a partir da

Criação & Crítica

perspectiva narratológica”, de Ícaro S. Gonçalves, abre esta parte do dossiê discutindo como as figuras de Zumbi e Dara, do Quilombo dos Palmares, aparecem nos quadrinhos de Marcelo D'Saete. Gonçalves demonstra que a multiplicidade de pontos de vista na focalização da obra criada por D'Saete não só relê as fontes históricas utilizadas na construção dos quadrinhos, mas também faz do leitor parte necessária para a construção de seu sentido. Nos eixos narrativos e perspectivas de *Angola Janga* analisados pelo autor, somos apresentados a outra história, em operação que revisita o passado para permitir ao futuro a reescrita da luta pelo fim da violência antinegro.

O ponto de partida da leitura de Gonçalves é o reconhecimento de que lidamos com um arquivo constituído pela violência, um arquivo cuja existência já é uma forma de violência. Ao mesmo tempo, o exercício crítico, em tensão com a tradição de leituras supremacistas, instaura a necessidade de ver em Palmares uma história de luta e resistência que inclui uma imagem da vida antes da escravização, simbolizada pelos mais velhos, e é símbolo de múltiplas possibilidades de futuro. Que a narrativa de D'Saete tenha como destaque o fim do escravismo e se dedique à fabulação de uma possível filha de Zumbi, Dara, indica que pode ser possível enxergar, na reinscrição no/do passado, formas de ação que criem um futuro no qual a violência supremacista não seja o único foco. Reparando na forma da focalização, além do conteúdo, o artigo busca imaginar uma perspectiva decolonial que pense o escravizado e seus descendentes como agentes de uma história que inclui também a luta, desde o início, pela liberdade e o direito à existência.

A releitura do passado, animada por uma fabulação que preenche lacunas do arquivo, também é o foco da análise de Vinícius Ferreira Santos, em “Os 'jimbandas' em *Um defeito de cor* sob a perspectiva da analítica *quare* e da decolonialidade”. Se o romance de Ana Maria Gonçalves já se dedicara a voltar a contar a vida de Kehinde, em sua luta por liberdade e sua revolta contra o sistema escravista, o recorte do autor concentrará sua atenção na forma como, em cerca de cem páginas, o livro apresenta as personagens Jonggo e Adriano. O termo “jimbanda”, que aparece na narrativa romanesca e é destacado pelo autor, significa homem negro homossexual, em significação permeada pelo contraste tanto com o homem branco homossexual quanto com o indígena homossexual, como se vê nos cadernos inquisitoriais. É nesse quadro, com seu jogo de diferenças, que vai intervir o artigo de Santos, no qual se percebem mudanças na *forma* da análise e naquilo que o movimento crítico-teórico permite ver no *conteúdo*.

A virada crítico-argumentativa de Santos pode ser lida como a demonstração das consequências da irrupção na área de uma nova linha teórica, provocando uma

Criação & Crítica

inflexão na concepção de história como violência e a inserção da voz autoral como sujeito etnografante. A introdução do *quare*, reelaboração do *queer* que no artigo é criticado por suas tendências homogeneizantes, faz com que raça, sexualidade e gênero se cruzem, operação que ocorre até mesmo no modo de situar quem assina o texto, assumindo a primeira pessoa do singular e produzindo outras formas de analisar a narrativa romanesca sobre um casal de homens escravizados que luta para sobreviver e permanecer junto em um mundo permeado pela violência. Ao mesmo tempo, ainda que reconheça a necessidade da formação de laços, inclusive como ação política, o texto elabora sua compreensão dos limites de qualquer encontro com o outro.

O bloco seguinte tem como foco questões de gênero, ainda que siga preocupado com outras categorias presentes na chamada do dossiê, demonstrando, mais uma vez – como, aliás, o faz boa parte dos artigos –, que uniões políticas só se tornam possíveis a partir da diferença entre suas partes. No primeiro texto – “Autoria, autoridade: questões sobre a escrita de mulheres”, de Pilar Lago e Lousa e Tarsilla Couto de Brito –, o processo argumentativo leva à seguinte indagação: quais são os elos que precisam ser construídos para lermos e respondermos a textos escritos por mulheres do sul global? Diante de “um cânone sisudo, excludente e branco-heterocis-patriarcal” que representa a própria crítica que o elegeu, como pensamos nossas tradicionais ferramentas de análise? Se Audre Lorde (2019) já nos alertara que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande”, o artigo investiga a possibilidade de forjar instrumentos novos, a partir de perspectivas outras que, em vez de sustentar a Casa Grande (personificada na Academia), a desmantelem.

Para isso, segundo as autoras, será preciso “desfazer, desaprender, desrespeitar” padrões impostos, criando laços em uma espécie de nova comunidade do fazer e pensar junto, para que seja possível a escuta de vozes de mulheres como María Lugones, Ochy Curiel e Conceição Evaristo, cujos textos aparecerão em mosaicos de citações ao longo do artigo. Com uma perspectiva decolonial e interseccional, as autoras tensionam o debate “tão antigo e tão novo de tão incômodo” sobre autoria e autoridade, apontando as problemáticas semânticas e epistemológicas em jogo quando usamos termos como “poetisa” e “autoria feminina”, os quais mantêm a escrita de mulheres no lugar de uma subalternidade essencializada que desconsidera nuances dos lócus enunciativos de cada uma.

Se rasurássemos a noção – eurocêntrica, branca, cishetero-patriarcal – de sujeito universal, como passaríamos a descrever temáticas tão recorrentes na literatura como o amor e o universo amoroso? Claudiana Gois dos Santos, no artigo “Uma leitura do amor a partir da crítica literária feminista: um exercício ético, estético

Criação & Crítica

e político”, mostra como projetos literários e narrativas homoafetivas escritas por mulheres afastam a temática amorosa da subordinação, do sofrimento e da violência, trazendo-a como potência, gesto de (auto)cuidado e formação de comunidade. Embora tenham caído nas armadilhas do discurso neoliberal, essas palavras podem, segundo a autora, ressimbolizar vivências e ações cotidianas ao levarem em consideração a conhecida máxima de que “o pessoal é político”. A partir da leitura da obra *Amora*, de Natalia Borges Polesso, Santos analisa vivências do amor em textos com personagens que são mulheres que amam outras mulheres, avaliando o funcionamento nesses textos de noções de família, relacionamento, amizade e desejo, apontando para um arquivo literário feminista do amor.

A tradição, entendida como território de tensões e questionamentos, também é relida por Camila Geovanna Alves da Silva, em “Quando Anatole France e Gilberto Freyre leram Pierre Loti”, um exame das visões de três grandes orientalistas de diferentes períodos e contextos nacionais. O fato de que France e Freyre leram Loti interessa menos por indicar dívidas e influências diretas e mais por nos estimular a observar como redes de significação se atravessam, valendo-se de um imaginário comum que serve de base tanto para a imagem de mulheres no oriente geográfico (como em Loti) quanto para a caracterização de mulheres indígenas no Brasil (em Freyre). As repetições e os padrões comuns, quando comparados, trazem para o plano da discussão a carga racista e patriarcal de estruturas retóricas que fundam escolas de pensamento em mais de um local.

A leitura comparada de trechos selecionados dos três autores se afasta do gesto que busca uma régua espaço-temporal para mensurar a importância histórica, a radicalidade ou a influência dos orientalismos ibérico e anglo-francês. O objetivo é contribuir para a compreensão de uma lógica arraigada na produção de mecanismos de subsunção de mulheres não-brancas perante homens brancos. Ao inserir no debate as considerações de Rita Segato sobre controle e extermínio como ferramentas de dominação do patriarcado, os argumentos dos três autores são deslocados. Apesar das distâncias históricas e geográficas entre eles, France, Freyre e Loti estão unidos pelo interesse em preservar uma construção imagética que visa e justifica o extermínio, o domínio e a submissão de povos e manter a distribuição assimétrica de poder por critérios de raça e gênero.

A necessidade da elaboração de um novo vocabulário teórico, frente à dificuldade da crítica literária nacional em historicizar as tensões entre forma e conteúdo, é o ponto de partida para Yuri Amaral da Silva no texto “*Torto Arado* entre o sinuoso e o retilíneo: elogios e interdições”. Ao realizar um balanço da fortuna crítica do romance de estreia de Itamar Vieira Jr., Silva busca reler os argumentos de textos

Criação & Crítica

publicados em jornais e periódicos acadêmicos, tentando, a partir de seu perfil teórico, próximo das discussões em torno do Realismo e do Naturalismo feitas por György Lukács e Flora Süssekind, repensar as categorias em voga em discussões que ainda parecem longe de um ponto final (aliás, diferentes compreensões sobre o “ponto final” são uma parte importante de debates como esse).

Se o exercício de construção de um panorama crítico por Silva envolve uma espécie de acerto de contas entre os autores selecionados, sua contra-assinatura começa a surgir a partir de outro movimento do artigo, com a elaboração de uma análise formal do romance que busca, à sua maneira, chegar a uma conclusão a respeito da própria possibilidade de se pensar o valor da forma do novo em Vieira Jr. Rememorando contradições no debate na teoria literária sobre a "atualização do Realismo", no qual algumas correntes críticas e visões de mundo são definidas como incapazes de registrar o contemporâneo, Silva busca demonstrar o oposto, recuperando leituras críticas de leitores de Lukács em torno do romance histórico e o problema do Realismo. O artigo ressalta, por fim, a importância de uma atenção maior e mais crítica às noções de *novo*, *superação* e *inovação* e à figura laudatória do crítico literário.

A consciência da importância da historicização da crítica literária e de suas práticas disciplinares, convenções e conceitos instáveis, aparece, de diferentes maneiras, em boa parte dos textos apresentados até aqui. É assim também com o artigo que encerra o dossiê: “Antonio Candido em debate: uma constelação de estudos críticos”, texto escrito a várias mãos por Anita Martins Rodrigues de Moraes (UFF), Lúcia Ricotta Vilela Pinto (Unirio) e Marcelo Moreschi (Unifesp). Os três pesquisadores, situados em diferentes universidades do Sudeste, com trajetórias e formações distintas, têm se dedicado nos últimos anos a revisitar a obra (e a aura) candidiana, tendo como premissa a necessidade de *ler* a obra de Antonio Candido – exercício entendido como uma leitura cerrada atenta aos movimentos complexos e contraditórios no pensamento do crítico, reconhecendo as questões que permanecem em aberto na sua obra, sem abrandar os impasses e pontos cegos, quando surgem. A dificuldade é conhecida, dada a tendência à monumentalização do crítico, apresentado por vezes como fundador não apenas da área de Teoria Literária da Universidade de São Paulo, mas da reflexão séria sobre a literatura no país. Aqui também a particularização da crítica é bem-vinda, diminuindo o risco da naturalização da história da área, identificando-a – a história, a área, a história da área – como mais um objeto de estudo. A abordagem é diferente do receituário da leitura patriarcal, que trata a obra de antemão como valiosa, reservando para o/a/e leitor/a/e a tarefa de repetir e confirmar o seu valor, prática que lembra o modo de leitura associado

Criação & Crítica

tradicionalmente às escrituras sagradas. Como a determinação do valor é anterior à leitura, o elogio é o ponto de partida, e o dissenso só pode ser um erro.

Para demonstrar, então, que este não é o raciocínio da área, mas um entre outros, os autores selecionam e releem uma série de textos críticos sobre a obra de Candido publicados ao longo de um período de 25 anos (de 1991 a 2016). Um dos efeitos desse gesto crítico e editorial é atestar a existência de um arquivo paralelo à vertente apologética, um arquivo por vezes subterrâneo – se considerarmos a dificuldade que a doxa tem até mesmo de mencionar os nomes de autores desviantes, além do histórico conhecido de reações silenciadoras a essas intervenções. Nos doze textos escolhidos e comentados, tão relevantes quanto as semelhanças – por exemplo, a disposição para encarar problemas da teoria literária enquanto tais, sem alergia à especulação teórica e à indagação conceitual – são as diferenças, que vão surgindo na sequência de leituras, demonstrando como há heterogeneidade e divergência mesmo entre proposições dissidentes. O ponto é importante; evidencia de modo concreto como é falsa a redução das críticas a Candido a uma coisa só, como se vê em denúncias genéricas feitas a detratores, que teriam em comum, além de pressupostos filosóficos e políticos duvidosos, a má-fé. Como contribuição para a área, o texto é um mapeamento útil de um debate, com o valor de demonstrar como existe no arquivo uma gama de possibilidades e modos de pensar e praticar a pesquisa, uma variedade de estilos, vertentes teóricas e pressupostos, com discordâncias atravessando a história da recepção dos textos de Candido, em debate que ainda está em andamento. Na verdade, o que se vê na história da área é um eterno ir-e-vir de testes, teses e antíteses, como em qualquer tradição minimamente dinâmica. Terminada a leitura do artigo, nota-se algo anunciado nos primeiros parágrafos pelos autores: ainda estamos começando a pensar e escrever sobre a obra de Candido.

∩

Arthur Marques de Oliveira e Juliana Marschal Ramos, em “Para além do binário: reflexões sobre linguagem neutra”, são os responsáveis pela resenha publicada neste número, apresentação da obra *Linguagem “neutra”: língua e gênero em discussão*, organizada por Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero (Parábola, 2022). Após resumirem os argumentos dos doze textos do volume, Oliveira e Ramos expõem seu juízo sobre o que representa uma obra como essa, para depois considerarem os desafios que o tema proporciona para campos como a Análise do Discurso, a Pragmática e a Teoria Gerativa. O autor e a autora terminam indicando

Criação & Crítica

que, dado o estado atual dos estudos linguísticos, como observado nas pesquisas resenhadas, há muitos caminhos a serem percorridos, com hipóteses ainda não exploradas e posições precisando de explicitação e desenvolvimento.



Se criação e crítica andam juntas – como sugere o nome desta revista –, nos “exercícios de estilo” da seção final a criação se assume como uma forma de crítica, desenvolvendo por outros meios a reflexão sobre o enquadramento de corpos e *corpus* pelo arquivo. Esses gestos críticos, ao questionarem percepções, ideias e discursos, também têm em vista a criação de algo diferente, inclusive um modo diferente de criar e escrever: criar para fabular, criticar para abrir brechas, fabular para imaginar a crítica. Não à toa, o texto de Yasmin de Castro Ferreira cita “o pacto da branquitude” de Cida Bento (2022) ao entrelaçar a criação de uma narrativa sobre uma cena do cotidiano – o almoço em família num fim de semana – com críticas à permanência de formas dissimuladas de racismo no dia a dia, mostrando como corpos negros e suas reivindicações ainda são vistos como “o contrário, o Outro, a ‘pedra no sapato’”, aquilo que incomoda, que não deve ser dito, que deve permanecer nas entrelinhas, sem constranger ou fazer alarde, para não soar agressivo. Enquanto isso, quem detém o discurso em sua completude – homens, brancos e cisheterossexuais – tem “a posse do ‘sim’ e do ‘não’”, sentindo-se sempre em um espaço confortável e aberto a suas opiniões e justificativas, até mesmo suas teorias defensivas sobre a desigualdade étnico-racial, de gênero e de classe, em monólogos que não admitem contestação. “Entre o afogamento e a paranoia branca” mostra como para o sujeito negro, em um mundo povoado por “constantes reminiscências da antinegitude”, a irrupção da violência, da injustiça e da desqualificação está sempre a um passo de distância. Quando necessário, esse sujeito será rapidamente jogado no papel de vilão, aquele que indevidamente apontou “o dedo para um homem, um humano, branco e perfeitamente justo”, condenando-o e atralhando conversas amenas que deveriam ser apenas “sobre o chopp e a piscina”. A hospitalidade é sempre condicional.

Em seguida, o exercício “Procura-se Ícaro, recompensa a combinar”, de Brune Carvalho, traz alguns exemplos de recriações que causam “transtornos à tradição literária” ao apontarem para leituras alternativas de obras estabelecidas, colocarem em questão traduções consolidadas e questionarem escolhas semânticas cristalizadas. Qual é, afinal, a história de Ícaro? Como a conhecemos e aprendemos a interpretá-la? Quem é o senhor Nestor L.? Ele de fato reescreveu a obra de Homero? Ao reescrevermos uma história, criamos outra? Como delimitar os conceitos de texto,

Criação & Crítica

obra, tradução, lipograma? Segundo Carvalho, o Ícaro (de Hubert Lubert ou Raymond Queneau) já não é a mesma criatura vista como “tema nobre da literatura e das artes”. Ele agora é outro – e com esse salto a proposta imagina gestos que incorporam jogos, cantos, deslocamentos e movimentos de irrupção que atravessam a literatura, a vida e a crítica, causando desordem no mundo das Letras ao gerar novas formas de ler, criar e pensar.

Como as perguntas não cessam e o conhecimento é construção em movimento, a seção de exercícios de estilo se encerra retomando indagações colocadas no início deste número: afinal, quais são os limites – na forma e no conteúdo – entre a literatura e a crítica literária? E entre a experiência poética e a filosófica? Na tentativa de explicitar e alargar essas demarcações, a criação “Ensaio entre a crítica e literatura enquanto experiência poético-filosófica”, de Joilson de Oliveira, traça um caminho memorialístico que recupera experiências vividas, “tramas tecidas na labuta cotidiana de uma vida que se reflete num modo de ser com o pé na terra, com as mãos impregnadas de sensações e sentidos experimentados na relação natural com a plantação, a floresta, os campos, vales e horizontes compartilhados”, para refletir sobre a relação entre poesia e natureza. Nesse percurso, surge a figura problemática do caipira, na literatura e no discurso crítico brasileiro, exigindo um ato que questione e afrente, por exemplo, a representação preconceituosa do caipira pelo escritor Monteiro Lobato. Por fim, na tentativa de reconstruir como os vínculos entre poesia e filosofia aparecem, primeiro, em Aristóteles e Platão, passando depois por Hegel, Heidegger e outros, o texto procura mostrar “aproximações, tensionamentos, confluências, irradiantes potências” entre áreas, saberes, experiências e memórias.



Qual movimento se pode esperar do encerramento de um texto como um editorial? Que tipo de conclusão é possível para um texto que não deseja se encerrar em si mesmo, um texto que tem como objetivo primeiro estimular a leitura de outros textos, e não dele? Nesse contexto, o desafio passa a ser evitar ou adiar o fim, sobretudo o fim da experiência que se pode ter com os textos recolhidos aqui, textos que com a publicação ganharão necessariamente novas formas e novos sentidos. A questão do número, do mais de um, permanece, como potência e risco, tanto na organização deste volume quanto em projetos políticos contemporâneos. Estaríamos aqui juntando e homogeneizando projetos políticos dessemelhantes, apresentando-os como um só? Frente à dificuldade de pensar a política no contemporâneo, o Subset of Theoretical Practice observa que

Criação & Crítica

A tese da multiplicidade política pode ser uma ideia polêmica, mas uma de suas principais consequências é voltar a inserir o campo político na realidade social contemporânea. O que chamamos de vulgarização dos desafios organizacionais enfrentados pelas pessoas em todos os lugares e pelo espaço social implica, afinal, que, na ausência de uma estrutura social homogênea e abrangente, as pessoas ficam encarregadas de navegar por compromissos normativos às vezes incomensuráveis, a fim de organizar suas atividades diárias e suas vidas, ir trabalhar, lidar com a polícia, etc. Supor que não há unidade ou convergência necessária entre os projetos de Esquerda é simplesmente estender essa mesma tarefa à própria vida política – e com dois corolários úteis: em primeiro lugar, *que nossos desafios políticos agora potencialmente ressoam os desafios organizacionais enfrentados por pessoas em todos os lugares*, e, em segundo lugar, *que as soluções políticas locais para esses desafios podem funcionar como modelos de soluções para problemas estruturais em qualquer lugar*. (STP, 2022, p. 338; grifos do original, tradução nossa)

A proposição tenta retirar de cena a caracterização da periferia do capitalismo como *locus* passivo, sem potencial de reflexão crítico-teórica, incapaz de gerar paradigmas ou teorias, abalando assim a compreensão da dinâmica do conhecimento como unidirecional, irradiando necessariamente do centro do sistema-mundo para as suas margens, que seriam capazes apenas de fornecer dados particulares para teorias gerais (Cf. WReC, 2020). Muitos projetos de crítica de esquerda na contemporaneidade desestabilizam de diferentes maneiras noções unitárias de crítica sistêmica, dada a possibilidade de se ver, nas revelações da crise contemporânea (o apocalipse, afinal, longe de ser o fim do mundo, é uma revelação), que a pluralidade de vertentes críticas não precisa significar a morte de um projeto de ação política que busca a transformação radical do mundo.

Talvez o enfraquecimento de um projeto estruturado como unitário e, portanto, digno de maiúscula – a Esquerda –, ocorra exatamente pela diversidade de eixos necessários para enxergar como as relações de classe e a expropriação realizada pelos donos dos meios de produção engendram sempre formas singulares de subalternização, em confronto com as particularidades das diferenças locais. Também esse debate ainda está em andamento, considerando o lugar da diferença de classe

Criação & Crítica

e sua relação com todas as formas existentes de opressão, em alguns contextos desestabilizando definições clássicas de direita e esquerda.

O conjunto de textos reunidos neste dossiê, junto aos exercícios de estilo e a resenha, dá a ver uma parcela do trabalho feito na área do estudo de literatura no Brasil. Colocados lado a lado, os textos se iluminam, afetando-se mutuamente, e modificam também o sentido da chamada original, que agora precisará ser relida a partir dos textos gerados em resposta à provocação lançada por ela, relido, isto é, a partir daquilo que, de modo inesperado, outros enxergaram nela. As diferenças – entre a proposta e a realização, entre os textos submetidos e os publicados, entre cada um dos textos publicados, no seu estilo, suas inclinações teóricas e seu manejo de arcabouços críticos diversos – indicam, mais uma vez, que a pressuposição da igualdade dos pontos de partida é tão fabular e ilusória quanto a chance de ver nos termos *raça*, *gênero*, *sexualidade* e *classe* uma certeza e uma teoria única da diferença.

Se as perguntas devem seguir, com toda resposta provisória gerando outras tantas perguntas, entregamos à leitura o que veio a ser a versão final deste número. A empreitada só foi possível graças ao acolhimento do tema do dossiê pela *Criação & Crítica*. Também dependeu de toda a movimentação, nos bastidores, de cada uma das partes envolvidas no processo. Ao corpo de pareceristas, revisores, editores e estagiárias, bem como àqueles que submeteram ao número seus artigos, resenhas e exercícios de estilo, deixamos nosso agradecimento.

Referências

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. Trad. Jamille Pinheiro Dias, Sheyla Miranda e Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. “Des-senhorizar a Universidade: 10 anos da Lei 12.711, ação afirmativa e outras experiências” (Chamada de Dossiê). Disponível em <<http://revista-mana.org/dossie/>>.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Trad. Mario A. Marino e Eduardo Altheman Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

Criação & Crítica

- BUTLER, Judith. "Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca". Trad. Fabiana A. Jardim, Jacqueline Moraes Teixeira, Sebastião Rinaldi. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. 1-9, 2020.
- CARDOSO, Lourenço C. "A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim". *Educação*, v. 47, n. 1, p. 1-24, 2022.
- COLEBROOK, Claire. "Slavery and the Trumpocene: It's Not the End of the World". *Oxford Literary Review*, v. 41, n. 1, p. 40-50, 2019.
- DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- EVARISTO, Conceição. "Escrevivências da Afro-brasilidade: História e Memória". *Releitura*, n. 23. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2008.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Patologia social do 'branco' brasileiro". *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.
- HARTMAN, Saidyia. *Perder a mãe – uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HARTMAN, Saidyia. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. Trad. floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, bell. "Negra e mulher: Reflexões sobre a pós-graduação". *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica, 2019.
- MANNE, Kate. "Humanism: a critique". *Social Theory and Practice*, v. 42, n. 2, p. 389-415, 2016.
- MANNE, Kate. "Melancholy Whiteness (or, Shame-Faced in Shadows)". *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 96, n. 1, p. 233-242, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios prEscritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.
- POVINELLI, Elizabeth A. *Geontologies: A requiem to late liberalism*. Durham: Duke University Press, 2016.

Criação & Crítica

- PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Entre Orfe(x)u e Exunouveau: análise de uma estética de base afrodiaspórica na literatura brasileira*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Trad. Carla Rodrigues. São Paulo: Zahar, 2022.
- SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.
- SEDGWICK, E. K. “*Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você*”. Trad. Mariana Ruggieri; Camila Nogueira; Luiza Romão; Fabio P. Saldanha; Marcos P. Natali e Roger Melo. *Remate de Males*, v. 40, n. 1, p. 389-421, 2020.
- SILVA, Denise F. da. “*À brasileira: racialidade e escrita de um desejo destrutivo*”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 61-83, 2006.
- STP (Subset of Theoretical Practice). “*Working through political organization: current results of the Subset of Theoretical Practice (2021-2022)*”. *Crisis & Critique*, v. 9, n. 2, p. 328-371, 2022.
- VILLIERS, Nicholas de. *Opacity and the closet: queer tactics in Foucault, Barthes, and Warhol*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- WReC (Coletivo de Pesquisa de Warwick). *Desenvolvimento combinado e desigual: por uma nova teoria da literatura mundial*. Trad. Gabriela B. Zanfalice. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- WILDERSON III, Frank B. *Afropessimismo*. Trad. Rogério Galindo e Rosiane C. de Freitas. São Paulo: Todavia, 2021.
- YUSOFF, Katherine. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.